MP das bets: 92 emendas e prazo final em 23 de novembro

iGBRASIL

Notícias · Utilidades · Recursos para operadores de iGaming

Regulação · Estratégico

MP das bets: 92 emendas e prazo final em 23 de novembro

Comissão mista segue sem instalação e sem relator; pauta do Congresso tranca em 9 de novembro e a medida caduca dez dias depois se não for votada

Por Redação iGBRASIL, Redação

Publicado em 19/10/2026 às 07h03

· 5 min de leitura

Por que importa

O desfecho da MP 1.394/2026 em até 35 dias define se a proibição vira lei, é convertida com ressalvas ou caduca — e cada hipótese muda o orçamento de 2027.

Sem comissão mista instalada e sem relator, não há texto de conversão viável, o que empurra a decisão para a janela curta entre 26 de outubro e 9 de novembro.

Contratos de plataforma, PSP, feeds e patrocínio com cláusula atrelada à vigência da MP podem ser rescindidos automaticamente se a medida caducar em 23 de novembro.

MP das bets: 92 emendas e prazo final em 23 de novembro

A MP 1.394/2026, que proibiu as apostas de quota fixa e o cassino online e extinguiu as outorgas, entra nos últimos 35 dias de tramitação sem comissão mista instalada e com 92 emendas pendentes de análise — um relógio que define o planejamento de 2027 de operadores, fornecedores e detentores de direitos de mídia.

Segundo levantamento do BNLData divulgado pelo Yogonet Brasil em 15 de outubro, foram apresentadas 97 emendas à medida, cinco retiradas pelos próprios autores. As 92 restantes seguem para a comissão mista, com autoria de 18 deputados federais e 6 senadores. O prazo de apresentação fechou em 13 de outubro.

A comissão mista foi designada em 30 de setembro e, até o levantamento de 15 de outubro, não havia sido instalada nem tinha relator definido — situação que o iGBRASIL já registrou quando a MP das bets chegou a 48 emendas sem relator e quando o prazo de emendas se encerrou. Não foi possível confirmar, até o fechamento desta edição, se houve instalação ou designação de relator entre 16 e 19 de outubro.

O calendário que define o desfecho

O que mudou em relação às semanas anteriores não é o conteúdo das emendas, e sim o calendário. O segundo turno da eleição presidencial ocorre em 25 de outubro; depois disso, o Congresso tem uma janela curta antes de a MP trancar a pauta, em 9 de novembro, e perder a validade em 23 de novembro.

DataO que ocorre

25/09/2026Edição da MP, com encerramento das operações em 30 dias e extinção das outorgas

30/09/2026Designação da comissão mista (não instalada até 15/10)

13/10/2026Encerramento do prazo de emendas — 97 apresentadas, 92 em análise

25/10/2026Segundo turno da eleição presidencial

09/11/2026Trancamento da pauta do Congresso Nacional

23/11/2026Fim da vigência, prorrogável por 60 dias; recesso suspende a contagem

Datas que organizam a decisão sobre a MP 1.394/2026

As 92 emendas não alteram o texto em vigor. Elas só produzem efeito se aprovadas em projeto

de lei de conversão — o que depende de relator designado e de parecer aprovado pela comissão mista. Até lá, a proibição permanece aplicável como está, e as obrigações residuais seguem correndo.

Três cenários para o orçamento de 2027

A bifurcação jurídica dos próximos 35 dias tem três saídas possíveis: conversão com ressalvas — a hipótese de reabertura apenas do esporte, para a qual as emendas vêm convergindo ao proibir o cassino online —, conversão mantendo a proibição integral, ou caducidade em 23 de novembro.

Cada hipótese tem custo distinto em folha, contratos de plataforma, PSP e feeds esportivos. O efeito jurídico prático de uma eventual caducidade sobre outorgas já extintas e saldos já devolvidos não está resolvido: o cenário exigiria disciplinar por decreto legislativo os efeitos produzidos no período de vigência, ponto sobre o qual não há definição.

O que fazer em cada janela de tempo

Até 25/10: não contar com movimento legislativo. Manter o cronograma de encerramento e as obrigações residuais já vigentes — devolução de saldos, guarda de registros e reporte à SPA/MF.

iGBRASIL

Entre 26/10 e 09/11: acompanhar diariamente a instalação da comissão mista e a designação de relator. É o gatilho que indica se existe texto de conversão viável.

Até 09/11: ter orçamento pronto para as três hipóteses, com impacto em folha, contratos de fornecedor e compromissos de mídia.

Antes de 23/11: revisar contratos com cláusula de vigência atrelada à MP, para evitar rescisão automática indesejada em caso de caducidade.

Fornecedores e patrocínio sob prazo

Para fornecedores de PAM, sportsbook e provedores de cassino, a janela entre suspender e rescindir contrato se estreita à medida que 23 de novembro se aproxima — decisão que já discutimos em custo de sportsbook terceirizado: suspender ou rescindir. Clubes, ligas e detentores de mídia repactuam patrocínios de 2027 sob a mesma incerteza, com horizonte de definição em novembro, no melhor cenário.

MP das bets: 92 emendas e prazo final em 23 de novembro

Do lado da operação encerrada, nada muda enquanto a MP tramita: as obrigações da SPA/MF que continuam valendo após o encerramento seguem exigíveis, assim como a guarda de registros de pagamento prevista nas portarias já editadas. A Lei 14.790/2023 continua como marco de referência dessas obrigações residuais.

O que não foi confirmado

Circulou em 18 de outubro, por reprodução de agregador, uma declaração atribuída ao senador Flávio Bolsonaro sobre a existência de acordo no Congresso pela volta das bets. Não foi possível acessar a fonte primária nem confirmar o conteúdo do suposto acordo — por isso a fala não é publicada como citação. Se existir, qualquer entendimento político só tem efeito prático dentro do calendário acima.

No Supremo Tribunal Federal, o ministro Luiz Fux relata as ações contra a MP. Até 15 de outubro, não havia se posicionado, e não há decisão do tribunal sobre a medida. A via judicial, portanto, não altera por ora o relógio legislativo que termina em 23 de novembro.

Acompanhe a comissão mista dia a dia

Receba o alerta do iGBRASIL assim que houver instalação da comissão mista ou designação de relator da MP 1.394/2026 — o gatilho que define qual dos três cenários de orçamento você vai executar. Para receber a análise do que muda para operadores, assine a newsletter do iGBRASIL.

Assuntos:

Congresso Nacional · Lei 14.790/2023 · MP 1.394/2026 · Regulação · SPA/MF · STF

Fonte original:

https://igbrasil.com/noticias/regulacao/mp-das-bets-92-emendas-e-prazo-final-em-23-de-novembro

Documento gerado em 28/10/2026 às 22h14.

Reprodução permitida mediante citação da fonte e link para o endereço acima.

MP das bets: 92 emendas e prazo final em 23 de novembro

© 2026 iGBRASIL. Conteúdo destinado a maiores de 18 anos.

iGBRASIL